



O PROJETO DE ETNOCIDIO DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA

Juliana de Oliveira Gonçalves
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: juliana020695@hotmail.com

José Alves Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: jose.dias@uesb.edu.br

2283

INTRODUÇÃO

Esta comunicação é o resultado parcial da pesquisa devolvida no Programa de Pós-graduação Memória: Linguagem e Sociedade, cujo objetivo principal é investigar as diferentes narrativas de memórias sobre os indígenas do Sertão da Ressaca. O objeto é o Território de Batalha, que possui tal denominação por ter sido o local onde as tropas de João Gonçalves da Costa guerrearam contra os indígenas que habitavam aquela localidade. A história local define que o Banquete da Morte pôs fim a trajetória dos indígenas do Sertão da Ressaca, abrindo caminho para a Vila, e, posteriormente, a cidade, hoje o terceiro maior município da Bahia. Todavia, a construção da memória conquistense demonstra-se alicerçada em um projeto etnocêntrico que silenciou e continua silenciando a presença dos indígenas existentes no território. Nessa perspectiva, o texto objetiva discutir as narrativas históricas sobre os indígenas do Sertão da Ressaca, confrontando a historiografia local com as memórias dos indígenas paneiros Mongoyó que habitam a Comunidade de Ribeirão dos Paneiros, território de Batalha, zona rural da região conquistense, a fim de que seja possível, debater sobre o motivo de prevalecer na cidade de Vitória da Conquista uma memória etnocêntrica que invisibiliza a memória dos indígenas do território, e, como essa realidade revela um projeto etnocida contra os povos originários iniciado desde o período colonial e referendado ainda pelo Estado atual.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico da pesquisa consiste, primeiramente, na realização de revisão bibliográfica sobre o tema a partir de leituras de livros, revistas



históricas e periódicos. Nesse ponto, as obras de Aníbal Viana e Mozart Tanajura serão os arcabouços históricos principais que subsidiarão a análise sobre a historiografia de Vitória da Conquista. Paralelamente, confrontar-se-á a bibliografia pesquisada com as narrativas dos Paneleiros Mongoyó, utilizando a história oral como técnica, e discutindo a partir das teorias da memória, sobre como o embate das narrativas pesquisadas levamos a descortinar o projeto de etnocídio das comunidades indígenas de Vitória da Conquista.

2284

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sertão da Ressaca era uma faixa territorial compreendida entre o Rio Pardo e o Rio de Contas. A história aponta que o sertanista João Gonçalves da Costa iniciou um audacioso projeto de colonização do território, originando, dessa forma, a cidade de Vitória da Conquista. Nessa perspectiva, ainda amparados pela historiografia local, tem-se que quando chegou as terras do Sertão da Ressaca, o sertanista deparou-se com três etnias indígenas, quais sejam: Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés), as quais lutaram bravamente na defesa das suas terras, entretanto, depois de muito embate, os indígenas foram massacrados no histórico “Banquete da Morte”, festa arquitetada supostamente com um intuito de selar um acordo de paz entre colonos e nativos, mas que era na verdade uma emboscada, e resultou, de acordo com as narrativas oficiais, no fim dos indígenas do Sertão da Ressaca.

É pensando na trajetória das comunidades originárias desde o início da colonização das terras conquistenses, bem como, refletindo sobre como as versões escritas pelos principais memorialistas da região, tais como, Mozart Tanajura (1992) e Aníbal Viana (1982) são referendadas pela memória social, que nascem as aspirações da pesquisa em curso.

O estudo das teorias da memória, aliado à exploração da história oral leva-nos a entender e, talvez, responder alguns dos anseios epigrafados no parágrafo anterior. Maurice Halbwachs (1952) estudou a memória enquanto fenômeno coletivo que perpassa gerações. Ele entende que a memória se vincula a “toda a vida material e moral da sociedade das quais fazemos parte” (p. 38) e que, a partir dos marcos sociais é que ocorrem os registros de memória. Para o autor, como já dito, a memória é um fenômeno eminentemente social que age sob uma lógica coercitiva de memórias coletivas, compartilhadas por grupos sociais, mesmo quando individual, e que sempre se baliza

Realização:



Apoio:





em experiências vividas ou recebidas, herdadas para recompor ou se apropriar de um tempo passado a serviço do tempo presente (MAGALHÃES, 2018).

Por outro lado, Jacque Le Goff, historiador francês, afirma que sempre que as sociedades são predominantemente orais, a transcrição para a memória coletiva escrita constitui a melhor oportunidade para entender a luta para dominar as recordações. (FERREIRA & AMADO, 2001, p. 86). Nesse sentido, retornando à realidade de Vitória da Conquista, visualizamos nas obras que retratam a história da região, que elas vão sempre no mesmo sentido, em outras palavras, finalizam o protagonismo indígena no Banquete da Morte. Além disso, a figura indígena é, por vezes, estereotipada, ressaltando características negativas, completamente descontextualizadas, o que justificaria o massacre daqueles povos, em função da ascensão econômica da região.

O objeto principal desse estudo, isto é, o Território de Batalha, pertencente a zona rural de Vitória da Conquista, está localizado apenas a 12 quilômetros de distância do centro urbano. Carrega consigo, nas memórias dos seus filhos, a identidade e resistência de um povo que viu os seus ancestrais serem massacrados na luta contra a invasão dos seus territórios e, como consequência, foram submetidos a um processo civilizatório que tem contribuído gradativamente com a perda da identidade cultural daquele povo e a migração compulsória para os núcleos urbanos. A comunidade identificada como nativa, pode assim ser caracterizada, entre outras questões, pela preservação de costumes milenares, como, por exemplo, o artesanato, a caça, a pesca, a agricultura familiar e a religiosidade.

Contudo, com o decorrer do tempo e a expansão da cidade, as terras da comunidade foram, gradualmente, sendo invadidas por fazendeiros agropecuários. Os descendentes indígenas tiveram suas terras espoliadas, reduzidas ao ponto de serem escassos ou inexistentes os espaços para cultivar seus rituais sagrados nas matas, bem como, para praticar os seus hábitos de caçar, pescar, ou mesmo confeccionar seu artesanato de panelas de barro, pois as matérias-primas essenciais, como o barro, a lenha e água, encontram-se em terras particulares. Importante destacar que em Ribeirão dos Paneleiros está um dos grupos do território de Batalha que encontrou na confecção das panelas de barro, aprendida com seus ancestrais, a fonte para sua sobrevivência, sendo essa a principal atividade produtiva, o que fez, inclusive, o grupo ser identificado como “paneleiros” na região conquistense.

Não obstante, toda a trajetória desses povos, percebemos na historiografia oficial que a Batalha é lembrada pelos memorialistas locais somente para referenciar a



“brilhante” trajetória de João Gonçalves da Costa, quando guerreou contra os nativos da região, contudo, nunca afirmam explicitamente que há indícios de resistência naquele lugar. É da análise desses dados que constatamos o projeto etnocida se iniciou desde a decisão do colonizador João Gonçalves de constituir residência e tomar como patrimônio as terras do Sertão da Ressaca.

Entendemos como projeto etnocida o processo de devastação dos corpos, da cultura, da religião e das etnias habitantes do território conquistense: os Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés). Tal projeto foi executado através das políticas indigenistas perpetradas desde o Século XIX, cujo objetivo, amparados nos estudos de Manuela Craveiro Cunha (1992), foi inserir os indígenas na sociedade nacional, tomando-os por civis comuns, e, por consequência, eximindo o Estado de arcar com qualquer política em prol daqueles povos.

Os estudos de Aróstegui (2004) demonstram que a memória não se restringe à capacidade de lembrar, de trazer o passado ao presente, por vezes, ela atua também exercendo o papel inverso, isto é, esquecimento, pois a memória também possui sua função seletiva, isto porque o passado quando recuperado através da memória dos grupos ou de uma coletividade que tem interesse sobre determinado evento (passado), acaba sendo selecionado e interpretado, segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente.

Nesse caminho, encontramos nas memórias e na oralidade dos indígenas de Batalha subsídios para discutirmos os dados que alicerçam a memória coletiva de Vitória da Conquista. Analisando as informações, chamou-nos atenção os poucos estudos sobre a trajetória dos indígenas da cidade, demonstrando tratar-se de uma pauta sensível e de pouco interesse social e, por isso, a importância de fomentar discussões relacionadas ao assunto, como por exemplo, as relações entre a escrita e a oralidade; memória e história ou tradição oral e histórica, dando, por consequência, a oportunidade das comunidades nativas serem ouvidas, utilizando suas memórias como fonte da história, que, por ventura, poderá ser utilizada pelos estudiosos interessados.

Do confronto das fontes pesquisadas, de logo podemos identificar que as políticas de silenciamento, direcionadas aos habitantes do território de Batalha, contribuíram para a formação de uma memória social que desconhece e deslegitima a trajetória dos povos originários da região. Em contrapartida, as evocações de lembranças condicionadas ao contexto social que eles estão inseridos, permitem a transmissão de geração para geração das memórias resguardadas pelo território,



insistindo em manter-se na memória social da região, ainda que as condições socioeconômicas se precarizem constantemente.

CONCLUSÃO

Dos resultados preliminares dessa pesquisa, podemos apontar o fato de que a região de Vitória da Conquista guarda consigo uma memória social que não assegura aos indígenas nenhum espaço, não obstante tenha sido esses os seus primeiros habitantes, legítimos donos das terras do território. De outra banda, a historiografia local que teve como principais autores Mozart Tanajura e Aníbal Viana referenda essa memória social local como legítima, sem considerar o processo de etnocídio a que foram submetidos os indígenas, não lhe sendo permitido contrapor as determinações governamentais. Portanto, o aprofundamento de debates sobre a memória silenciada dos povos nativos de Vitória da Conquista, mostra-se como instrumento potencializador na luta dos povos indígenas para o reconhecimento e a garantia dos seus direitos.

2287

PALAVRAS-CHAVE: Batalha. Indígenas. Paneleiros. Mongoyó. Memória. Resistência.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. Pasado y Memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, nº 3. Retos de la memoria y trabajos de la historia, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Legislação Indigenista no século XIX**. Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HALBWACHS, Maurício. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, edição Nouvelle, 1952.

MAGALHÃES, Livia Diana R. e Lia Tiriba, (Org.). **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**. Navegando. Uberlândia/Minas Gerais. 2018.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista Histórica de Conquista**. Vol. I e II.

Realização:



Apoio:

